MARIA OLÍVIA FERREIRA SILVEIRA

**Não discriminação e a proteção de minorias no Direito
Internacional pós-moderno**

Dissertação de mestrado

Orientador: Prof. Titular Dr. Paulo Borba Casella

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

MARIA OLÍVIA FERREIRA SILVEIRA

**Não discriminação e a proteção de minorias no Direito
Internacional pós-moderno**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Internacional e Comparado, sob a orientação do Prof. Titular Dr. Paulo Borba Casella.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

SILVEIRA, Maria Olívia Ferreira

Não discriminação e a proteção de minorias no direito internacional pós-moderno / Maria Olívia Ferreira Silveira; orientador Paulo Borba Casella -- São Paulo, 2020.
210 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Proteção de minorias. 2. Não discriminação. 3. Direito Internacional dos Direitos Humanos. 4. Direito à identidade. 5. Direito à existência. I. Casella, Paulo Borba, orient. II. Título.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

SILVEIRA, Maria Olívia Ferreira. **Não discriminação e a proteção de minorias no direito internacional pós-moderno**. 2020. 210 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.:
Instituição:
Julgamento:

Prof. Dr.:
Instituição:
Julgamento:

Prof. Dr.:
Instituição:
Julgamento:

Prof. Dr.:
Instituição:
Julgamento:

São Paulo, ____ de _____ de 2020.

Ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Orientador, Professor Doutor Paulo Borba Casella, pelo privilégio e orgulho de ter sido orientanda daquele pelo qual sempre nutri admiração e respeito. Por poder extrair, de perto, toda a gota de conhecimento do gigante a quem eu sempre recorri, por meio de seus ensinamentos impressos, ainda que à distância. Por toda a sua contribuição ao direito internacional.

Aos Professores Drs. Arthur Roberto Capella Giannattassio e José Blanes Sala, pelo auxílio prestado no exame de Qualificação do Projeto de Dissertação, que iluminaram o rumo dessa pesquisa.

Aos colegas da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Felipe Nicolau Alamino, Marco Aurélio Moura, Victor Del Vecchio e Liv Sarmento, por todo o apoio durante a jornada acadêmica.

Aos colegas de GEPIM/CEPIM, pelos longos anos de pesquisa na matéria de minorias e, em especial, ao Diretor Acadêmico Carlos Eduardo Carreira, pelo privilégio de dividir esse espaço comigo.

A todos os professores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com os quais tive contato e a oportunidade de aprender.

A Cassio Eduardo Zen, da Troika, por dividir essa caminhada com tanto companheirismo.

Aos meus tios, Ary Ferreira Jr. e Eliana Schaeffer Ferreira, por todo o incentivo.

À Larissa Ângela Basso e Julia Zen, por serem meus braços direito e esquerdo e pela confiança que me proporcionaram nos momentos de ausência.

Aos sócios Alberto Rodrigues Alves, Sandra Regina Rodrigues, Ana Lúcia Lima, Christiane Fontanella e Priscila Bueno, por todo o suporte e encorajamento durante os anos de meus estudos.

À Caroline Ribeiro Mendes, pela amizade que nem a distância é capaz de apagar.

À Nilvi Lourdes Werner Oliveira e Humberto Antonio do Carmo Oliveira, por todo o suporte e carinho com que me acolheram em suas vidas.

À Gabriela Werner Oliveira, por buscar a estrela distante de mãos dadas comigo.

À minha avó, Myrthe Holzmann Ferreira, pelas palavras sábias, cheias de realidade e compreensão.

Ao meu avô, Jocy Tuiuty Marques Silveira (*in memoriam*), por tudo que dele vive em mim.

À Mel e ao Peppe, pelo amor incondicional e pela companhia.

Às minhas irmãs, Amanda Ferreira Silveira Palma e Marina Ferreira Silveira Gava, pelo simples fato de existirem e fazerem a vida muito mais completa e feliz. Por todas as palavras de apoio e compreensão.

A André Luís Coimbra Cantador, por ter sido o meu companheiro de todas as horas, por não ver como um sacrifício todas as escolhas que tivemos que fazer para que eu realizasse esse sonho.

Aos meus pais, Elise Ferreira Silveira e André Luiz Durgante Silveira, por me criarem para superar limitações impostas pela vida. Pelos valores que me legaram, pelo amor que nos une.

Sísifo

Recomeça...

Se puderes

Sem angústia

E sem pressa.

E os passos que deres,

Nesse caminho duro

Do futuro

Dá-os em liberdade.

Enquanto não alcances

Não descanses.

De nenhum fruto queiras só metade.

E, nunca saciado,

Vai colhendo ilusões sucessivas no pomar.

Sempre a sonhar e vendo

O logro da aventura.

És homem, não te esqueças!

Só é tua a loucura

Onde, com lucidez, te reconheças...

Miguel Torga, Diário XIII.

RESUMO

SILVEIRA, Maria Olívia Ferreira. **Não discriminação e a proteção de minorias no direito internacional pós-moderno**. 2020. 210 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A proteção de minorias sempre foi um tema de preocupação do direito internacional. Contudo, a necessidade dos direitos específicos das minorias e a sua codificação foram marcados por resistências, por parte dos Estados, e ainda são motivo de controvérsia e dificuldades de efetivação. Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar se a proibição da discriminação, aliada aos direitos humanos universais, são suficientes para assegurar uma adequada proteção às minorias em um direito internacional pós-moderno. O método utilizado na elaboração da pesquisa é dedutivo e a abordagem qualitativa. Para o desenvolvimento do trabalho, em um primeiro momento, discorre-se sobre o histórico da proteção de minorias no direito internacional, desde Augsburg ao sistema estabelecido no contexto da Liga das Nações. Na sequência, aborda-se como a recém instaurada Organização das Nações Unidas tratou o tema nos seus auspícios, bem como destacam-se as tentativas de conceituação do termo minoria intentadas por essa Organização. Posteriormente, disserta-se acerca da proteção da existência e da identidade das minorias. Nesse aspecto, abordam-se os principais tratados e dispositivos internacionais e regionais que reconhecem tais direitos específicos. Por fim, examinam-se os aspectos gerais do princípio da não discriminação no direito internacional e a sua posição em um direito internacional pós-moderno. Conclui-se que uma adequada proteção de minorias no direito internacional deve ser construída com base em dois pilares: de um lado, a proteção e promoção da identidade e da existência das minorias e, de outro, o direito antidiscriminação e os direitos humanos universais.

Palavras-chave: Proteção de minorias. Não discriminação. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Direito à identidade. Direito à existência.

ABSTRACT

SILVEIRA, Maria Olívia Ferreira. **Non-discrimination and the protection of minorities in postmodern international law**. 2020. 210 p. Master's Degree. Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The protection of minorities has always been a matter of concern under international law. However, the need for specific rights of minorities and their codification have been marked by resistance from states, and still are controversial and difficult to enforce. In this context, the present study aims to analyze whether the prohibition of discrimination, combined with universal human rights, are enough to ensure adequate protection of minorities in postmodern international law. The method used in the research is deductive and the qualitative approach. For the development of the work, at first, it discusses the history of the protection of minorities under international law, from Augsburg to the system established in the context of the League of Nations. Following, it discusses how the newly established United Nations dealt with the theme in its auspices, as well as the attempts to conceptualize the term minority brought by that Organization. Subsequently, it explores the protection of the existence and identity of minorities. In this respect, the main international and regional treaties and provisions that recognize such specific rights are addressed. Finally, it examines the general aspects of the principle of non-discrimination in international law and its position in postmodern international law. It concludes that adequate protection of minorities under international law must be built on two pillars: protection and promotion of the identity and existence of minorities on the one hand, and anti-discrimination and universal human rights on the other.

Keywords: Protection of minorities. Non-discrimination. International Human Rights Law. Right to identity. Right to existence.

LISTA DE ABREVIATURAS

CIJ	Corte Internacional de Justiça
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CEDCM	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEDR	Comitê para a Eliminação de Discriminação Racial
CES	Conselho Econômico e Social
CIDPD	Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CIEDR	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEI	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
OSCE	Organização sobre Segurança e Cooperação na Europa
PIDCP	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
STF	Supremo Tribunal Federal
UA	União Africana
UE	União Europeia

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1. HISTÓRICO DA PROTEÇÃO DE MINORIAS NO DIREITO INTERNACIONAL	17
1.1 Do tratado de Augsburg ao Tratado de Versalhes	17
1.2 A proteção das minorias no contexto da Liga das Nações	25
1.3 A atuação da Corte Permanente de Justiça Internacional	38
2. A PROTEÇÃO DE MINORIAS NO ÂMBITO DAS NAÇÕES UNIDAS	49
2.1 Os tratados de paz, a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos	50
2.2 A Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias.....	58
2.3 O conceito de minoria: de Capotorti ao contemporâneo.....	61
3. PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA EXISTÊNCIA E DA IDENTIDADE DAS MINORIAS	71
3.1 A Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio	71
3.2 O artigo 27 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	77
3.3.1 O Comitê de Direitos Humanos da ONU.....	89
3.3 A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas	100
3.4 A proteção de minorias nos sistemas regionais	108
3.4.1 O sistema interamericano de direitos humanos	108
3.4.2 O sistema europeu de direitos humanos.....	116
3.4.3 O sistema africano de direitos humanos	124
4. O PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO E A PROTEÇÃO DAS MINORIAS NO DIREITO INTERNACIONAL PÓS-MODERNO	131

4.1 Considerações gerais acerca do princípio da não discriminação: igualdade e ações afirmativas	131
4.2 O princípio da não discriminação nos principais tratados internacionais	149
<i>4.2.1 A Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial</i>	<i>157</i>
4.3 O caráter de <i>jus cogens</i> do princípio da não discriminação.....	163
4.4 Os pilares de uma adequada proteção de minorias.....	170
Considerações finais.....	177
Referências	184

Introdução

A proteção de minorias no direito internacional é matéria de delicada e em continua evolução, apresentando desafios e contínuos debates. Em um primeiro momento, durante a idade média, se restringia a minorias religiosas e foi progredindo até culminar no sistema criado pela Liga das Nações. Após o findar da Segunda Guerra Mundial e o colapso da Liga, entendeu-se que não mais seria necessária uma proteção específica a estes grupos, pois a sua proteção seria assegurada pelos direitos individuais englobados nos tratados de direitos humanos universais, com enfoque no princípio da igualdade e não discriminação.

Os constantes conflitos étnicos, violações e políticas assimilacionistas por parte dos Estados durante a guerra fria forneceram as bases para o retorno do questionamento acerca da necessidade de direitos especiais minoritários. Muito embora a Organização Nações Unidas tenha percebido a urgência de uma proteção específica, esse entendimento, no plano da codificação do direito internacional, ainda é controverso e gera polarizações. Isso conduz à importância da verificação acerca da imprescindibilidade e do alcance dos direitos especiais minoritários, além dos direitos humanos individuais e da antidiscriminação, para uma proteção de minorias adequada no direito internacional.

Nessa toada, a escolha o tema se justifica porque a história da proteção de minorias no direito internacional é marcada pela relutância dos Estados em assegurar e garantir os seus direitos específicos. Nesse aspecto, embora o ser humano seja o eixo central da cultura jurídica internacional pós-moderna, o sistema internacional ainda permanece, em grande parte, dominado pelo papel e pela atuação dos Estados que, calcados pela soberania e pelo receio quanto a sua integridade territorial, impõem dificuldades no reconhecimento dos direitos destes grupos não-dominantes.

A vista disso, o tema se mostra relevante e atual em razão de que o direito internacional testemunha, hodiernamente, o crescimento do nacionalismo, do antissemitismo, de denúncias de genocídio da minoria rohingya bem como de perseguição e campos de internação para minorias étnicas e religiosas na China, apenas para citar alguns exemplos. No âmbito interno, a inflamação de discursos de ódio contra minorias pelas maiores instâncias do poder também demonstram

que a proteção de minorias, pelo direito internacional, se mostra uma matéria incipiente.

Nesse contexto, a problemática jurídica que se pretende analisar no presente trabalho é a insuficiência de uma abordagem do princípio da não discriminação e dos direitos humanos universais, de enfoque individualista, para uma adequada proteção das minorias no direito internacional. Assim, se faz importante averiguar acerca de um adequado sistema de proteção de minorias no direito internacional.

Nesse cenário, o objetivo geral da pesquisa é de contribuir para a análise da proteção de minorias no direito internacional. Não se olvida que a problemática que aqui pretende se discutir é ampla e tem um caráter inerentemente multidisciplinar. Entretanto, o presente trabalho busca abordar, de forma não exaustiva, uma perspectiva essencialmente jurídica. Ademais, em razão dessa amplitude, delimitar-se-á nas categorias mencionadas pelo relatório Capotorti, concentrando-se a abordagem teórica nas minorias étnicas, linguísticas e religiosas, embora tenha-se o conhecimento de outros grupos que possam ser incluídos no escopo das minorias.

Dentro desse aspecto, alguns objetivos específicos se destacam. O primeiro corresponde ao exame da evolução nos instrumentos de proteção às minorias, analisando-se os instrumentos que, durante a idade média asseguravam direitos somente às minorias religiosas até chegar ao sistema adotado pela Liga das Nações.

Tal exame serve de base para o desenvolvimento do segundo e do terceiro objetivos específicos, que correspondem à análise da proteção das minorias no âmbito das Nações Unidas e a sua regulamentação legal. Essas bases serão coadunadas com o quarto objetivo específico, que consiste em analisar o princípio da não discriminação no direito internacional.

Estes objetivos tem como finalidade contribuir com a realização do quinto e principal objetivo, que envolve a problemática da pesquisa, e consiste em verificar se a proteção oferecida pelo princípio da não discriminação, combinada com os direitos humanos individuais é suficiente para assegurar uma efetiva proteção das minorias em um direito internacional pós-moderno.

O estudo proposto é atribuído à pesquisa básica, cuja operação é realizada pelo método dedutivo e a abordagem qualitativa. Nesse sentido, a pesquisa parte da análise dos fundamentos e elementos gerais da proteção das minorias no direito

internacional, seguindo-se ao princípio da não discriminação, para, então, correlacioná-los, a fim de apresentar um fundamento jurídico em resposta ao questionamento formulado.

O presente trabalho tem sua estrutura composta de uma introdução, quatro capítulos de desenvolvimento do conteúdo e, ao seu termo, as conclusões. O desenvolvimento do conteúdo é realizado através destes capítulos, sendo que os mesmos possuem subdivisões, conforme se resume a seguir.

Na primeira parte do trabalho, será realizada uma análise do histórico da proteção das minorias no direito internacional, onde se buscará pesquisar sobre os tratados que possuíam previsões de proteção a minorias, passando-se à análise do sistema de proteção de minorias no entre guerras e, conseqüentemente, da Liga das Nações. Primeiramente, abordar-se-á uma análise dos tratados e demais documentos internacionais que previam a proteção das minorias que, àquela época, se restringia a garantias de liberdade religiosa. Posteriormente, será analisado o sistema de proteção de minorias criado no contexto da Liga das Nações, bem como será pontuada a atuação da Corte Permanente de Justiça Internacional em matéria de minorias.

Assim, passa-se ao segundo capítulo, que abordará a proteção das minorias no âmbito das Nações Unidas, pontuando como a proteção de minorias foi tratada – ou deixada de lado - nos seus primórdios. Assim, serão apresentados os aspectos da proteção minoritária nos tratados de paz, na Carta da ONU e na Declaração Universal. Na sequência, a atuação da Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias será motivo de análise, bem como as tentativas de conceituação do termo minoria por esse órgão, em especial pelo estudo elaborado pelo Relator Especial Francesco Capotorti.

Dando seguimento, o terceiro capítulo traz uma explanação acerca da evolução para a codificação da proteção da existência e identidade das minorias, analisando-se os documentos internacionais e regionais preveem tais direitos. Nesse aspecto, em um primeiro momento, explicar-se-á sobre a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio e sua relação com a proteção da existência das minorias. Na sequência, o artigo 27 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos será apresentado, bem como será enfatizada a atuação do Comitê de Direitos Humanos no monitoramento do cumprimento das obrigações derivadas desse artigo. Por conseguinte, discorre-se sobre a Declaração das

Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas,

O quarto e último capítulo começa a apresentar as bases do princípio da não discriminação no direito internacional contemporâneo, verificando-se a relação deste com o princípio da igualdade e as ações afirmativas. Como consequência, serão apontados os instrumentos internacionais em que está codificado, com destaque à Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a relevância desta para o tema. Com isso, será dissertado sobre a posição deste princípio como norma cogente de direito internacional no direito internacional pós-moderno. Ao final e diante de tudo que fora exposto, fornece-se uma resposta para o problema jurídico a proposto no presente estudo, o qual seja, se a proteção oferecida pelo princípio da não discriminação, combinada com os direitos humanos individuais é suficiente para assegurar uma efetiva proteção das minorias em um direito internacional pós-moderno. Por fim, são apresentadas as conclusões extraídas deste estudo.

Da mesma forma, a pesquisa ora apresentada se associa com a linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo que trata sobre o direito internacional dos direitos humanos: fundamentação, elaboração, promoção e garantia

Considerações finais

A dissertação ora apresentada visou responder à questão de se o princípio da não discriminação, aliado aos direitos humanos universais, são suficientes para uma adequada proteção de minorias no direito internacional.

Para uma resposta ao problema proposto, em primeiro lugar, verifica-se que a proteção de minorias, no direito internacional, evoluiu de uma proteção circunscrita às minorias religiosas para, com o advento do fim da Primeira Guerra Mundial e o estabelecimento da Liga das Nações, um sistema especial de proteção às minorias étnicas, religiosas e linguísticas. Entretanto, infere-se que esse sistema era seletivo e baseado na vontade das grandes potências.

Todavia, a atuação da Corte Permanente de Justiça Internacional contribuiu de forma contundente para o assentamento de diversas balizas da proteção de minorias hodierna, as quais foram delineadas pela sua interpretação da matéria. Em especial, cita-se a definição de comunidade e a auto-identificação dos membros minoritários, cujos conceitos foram demonstrados na opinião consultiva sobre as comunidades Greco-búlgaras e que, posteriormente, vieram a ser o ponto de partida da definição de Capotorti. No mesmo sentido foi o reconhecimento da prevalência do direito internacional sobre o direito interno indicado no parecer consultivo sobre os interesses alemães na Alta Silésia, bem como da fundamentalidade da estrutura de dois pilares para a proteção de minorias, através de cláusulas de não discriminação e direitos especiais, aclamados na opinião consultiva sobre as Escolas Minoritárias na Albânia.

A insuficiência do sistema da Liga das Nações e a usurpação da matéria pelo regime nazista foram as principais razões para a ausência de uma cláusula de proteção às minorias na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com a nova ordem houve, portanto, a transição de um sistema de proteção de minorias para um regime de direitos humanos universais e não discriminação. A proteção de minorias não era mais considerada compatível com os direitos humanos universais e individuais e, dessa forma, visão ocidental assimilacionista prevaleceu.

Porém, o que se verifica da análise dos trabalhos preparatórios, é que imperava o tom negacionista e a relutância, por parte dos Estados ocidentais, no

reconhecimento e estímulo da proteção de minorias religiosas e/ou linguísticas, pois consistiriam em um risco à unidade do Estado. Essa postura dificultou o mandato da Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias em introduzir a temática em um ambiente tão hostil para com as minorias.

Do mesmo modo, a falta de um conceito de minoria se mostrou em um dos desafios mais relevantes para a proteção de minorias no direito internacional e, até hoje, pode consistir em um subterfúgio para o descumprimento das obrigações impostas aos Estados. Verifica-se, contudo, que o estudo elaborado pelo Relator Especial Capotorti fornece os elementos essenciais para o entendimento de quais indivíduos ou grupos destes podem ser considerados minorias e destinatários dessas normas. Além disso, conclui-se que, diante da pluralidade e diversidade de grupos minoritários existentes no plano internacional, estabelecer uma definição estática é impossível, senão equivocado. O que falta, novamente, é a vontade de reconhecer os denominadores comuns que o direito internacional já apresentou.

Outro aspecto que merece destaque na proteção de minorias é a proibição do genocídio. A Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, que foi uma resposta aos crimes cometidos pelo regime nazista contra a minoria judaica da Europa, tipifica que o referido crime consiste na destruição, no todo ou em parte, de um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Apesar do conteúdo direcionado à proteção de grupos minoritários, a menção expressa a “minorias” foi recusada. Por outro lado, também observa-se que os grupos linguísticos foram excluídos e somente serão abrigados pela Convenção mediante uma interseccionalidade com as demais características. Do mesmo modo, o genocídio cultural (etnocídio) não avançou em ser inserido na Convenção, que resume-se à proteção coletiva da existência física dos membros do grupo. Mesmo diante dessas fraquezas, denota-se que a Convenção consiste no mais importante tratado internacional destinado à proteção da existência das minorias, fazendo parte das normas cogentes de direito internacional.

Inobstante a ONU ter constatado que não poderia ser indiferente ao destino das minorias quando a Declaração de Direitos Humanos foi aprovada, o próximo passo significativo na proteção de minorias somente foi tomado cerca de vinte anos depois, com a adoção do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e inserção do artigo 27 no seu bojo. Nesse contexto, constata-se que o artigo representou em uma renovação para a proteção de minorias no sistema onusiano:

a alteração da ênfase na igualdade de direitos de todas as pessoas para o reconhecimento de que os membros de grupos minoritários são destinatários de direitos específicos e especiais.

Esse artigo prevê o direito individual dos membros pertencentes a minorias étnicas, religiosas e/ou linguísticas a exercerem as suas identidades coletivamente, seja através do gozo de sua cultura particular, de uma prática religiosa ou da língua minoritária. Além do mais, denota-se que o artigo também implica um dever positivo, por parte dos Estados, da adoção de medidas especiais para assegurar o direito à identidade, favorecendo e promovendo a diversidade em sociedades plurais.

Impende-se destacar que, até hoje, esse é o único tratado de caráter universal e vinculante a reconhecer a proteção da identidade das minorias. Mas deve-se admitir que, não obstante o dispositivo seja uma declaração de apoio aos direitos especiais para as pessoas pertencentes a grupos minoritários, também resta evidente a dificuldade dos Estados no reconhecimento e implantação de tais direitos, devido a sua vaguidade e linguagem negativa, que deixa a sua aplicação à margem da vontade estatal, normalmente mais preocupada com a sua integridade territorial. Nesse aspecto, o Comitê de Direitos Humanos tem um papel fundamental, não só por seus comentários interpretativos, senão também pela vaga – mas existente – jurisprudência em matéria de proteção de minorias.

Além do mais, entende-se que a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas, não obstante seja subestimada por seu caráter não vinculante, se trata de um documento internacional destinado única e exclusivamente sobre a proteção de minorias, com a previsão direitos minoritários e claros deveres dos Estados. Além disso, é um documento cuja importância vai além da proteção jurídica conferida pois, através do Fórum sobre Questões Minoritárias e do Perito Independente, a sociedade civil e vítimas de violações de direitos humanos têm um lugar de debate e diálogo sobre as questões que lhe afetam.

No plano regional, revela-se que as realidades continentais são divergentes, tanto na solidificação dos sistemas, quanto na própria natureza dos grupos protegidos. Nesse aspecto, o sistema interamericano e o sistema africano não contam com documentos ou dispositivos que proporcionem uma proteção de minorias específica, embora tenham assentado a proibição da discriminação e

direitos humanos gerais que, indiretamente, tratem da matéria. A Europa, por seu turno, possui uma vasta gama de documentos, instrumentos e diretivas no tocante à matéria. Nessa toada, não se pode olvidar que a Europa possui uma longa trajetória no tratamento de minorias, o que justifica a sua sofisticação na matéria.

Diante das dificuldades demonstradas no reconhecimento e na implementação dos direitos das minorias, a relação destes com o princípio da não discriminação é complementar e indispensável. Nesse aspecto, é preciso destacar que as pessoas pertencentes a minorias estão mais sujeitas a um tratamento discriminatório, como também tendem a estar em uma posição de desvantagem social e econômica, tornando-se essencial que a interdição da discriminação atue para erradicar o estigma e o preconceito, a fim de corrigir as desvantagens sociais e inserir os grupos minoritários em igualdade perante a maioria.

Embora não exista uma definição para discriminação, entende-se que esta consiste em um tratamento diferenciado baseado em determinado fundamento protegido (etnia, religião ou língua), sem uma justificativa razoável e objetiva. Essa premissa, que foi construída pela jurisprudência internacional, está bem assentada no direito internacional. Fundamentado no reconhecimento da dignidade humana, o princípio assegura que os direitos humanos universais sejam exercidos pelas pessoas pertencentes a minorias, a despeito de suas características étnicas, religiosas e/ou linguísticas.

Não apenas isso: o princípio também assegura a proteção das minorias da discriminação indireta, onde uma ação aparentemente neutra causa um impacto desproporcional ao grupo minoritário, sem uma justificativa razoável e objetiva. Portanto, a discriminação indireta possui importância primordial para as minorias, pois reconhece um viés de proteção coletiva, onde são analisados os impactos perante o grupo, não apenas aos indivíduos.

Entretanto, essa é apenas uma visão formal da igualdade. É preciso saber que mesmo que os indivíduos sejam iguais em dignidade, os seres humanos são dotados de individualidades e não são todos estritamente iguais e, tratá-los de forma idêntica pode conduzir à desigualdade. Assim, nem toda diferenciação de tratamento constituirá discriminação, se os critérios para tal diferenciação forem razoáveis e objetivos.

Nesse aspecto, a noção substantiva do princípio da igualdade permite que medidas afirmativas temporárias sejam adotadas para prevenir ou compensar a

discriminação estrutural que são relacionadas à origem minoritária, objetivando alcançar a igualdade perante a maioria. Por conseguinte, o reconhecimento da exigência da adoção de medidas afirmativas resulta em um maior grau de proteção minoritária, uma vez que a não discriminação implica não apenas a atitude negativa dos Estados de abstenção de atos discriminatórios, mas também a obrigatoriedade de adotar medidas positivas para assegurar a igualdade desses indivíduos para com a maioria, bem como para asseverar sua participação efetiva na sociedade.

Dentro desse contexto, verifica-se que o princípio da não discriminação está ancorado nos principais tratados e convenções internacionais de direitos humanos. Dentre esses, cita-se a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial tem especial relevância. A sua importância para as minorias se dá, primeiramente, pelo reconhecimento expresso da necessidade de adoção de medidas afirmativas. Não apenas isso, detecta-se que a CIEDR se reveste em uma fonte universal e vinculante para a proteção de grupos minoritários, de caráter complementar à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas e ao artigo 27 do PIDCP, inobstante o escopo esteja limitado à discriminação racial, não englobando a proteção robusta dada pela CIEDR às minorias religiosas e linguísticas.

Consta-se também que a CIEDR, por ser um tratado com um grande número de ratificações, demonstra o inequívoco apoio dos Estados para a eliminação da discriminação racial. Isso conduz à conclusão acerca do caráter de *jus cogens* do princípio da não discriminação e a sua inserção no contexto do direito internacional pós-moderno, demonstrando que a interdição da discriminação é um valor comum universal, inderrogável e acima da vontade dos Estados. Isso reduz a margem de apreciação dos Estados e confere importância primordial a esse princípio basilar da proteção de minorias no direito internacional contemporâneo. Entretanto, a vinculação de normas não sujeitas ao arbítrio dos Estados pelo direito internacional ainda é objeto de resistências, justamente pelo período de transição que o direito internacional perpassa, para chegar a um contexto pós-moderno.

Com base nesse panorama, é possível afirmar que a natureza cogente do princípio da não discriminação parece estar condicionada apenas à interdição da discriminação racial, pois a doutrina e jurisprudência internacionais demonstradas relacionam apenas ao contexto racial, com exceção do Parecer Consultivo sobre a

condição jurídica e os direitos dos migrantes indocumentados, que não condiciona esse reconhecimento a nenhum grupo determinado.

Com isso, finalmente, chega-se no cerne da problemática jurídica da dissertação: se o princípio da não discriminação, em combinação aos direitos humanos universais, são suficientes para uma adequada proteção de minorias.

Preliminarmente, verifica-se que a proteção de minorias e a não discriminação possuem escopos diferenciados nos objetivos pretendem alcançar, um de caráter amplo, outro de caráter restrito. A proteção de minorias busca assegurar a preservação e gozo das características culturais, religiosas e linguísticas que são distintas da maioria. Essa proteção se dá pelo reconhecimento do direito à identidade, que pressupõe, como visto no decorrer do trabalho, atitudes negativas de interferência e medidas especiais destinadas a afirmar tal direito por parte dos Estados.

Por sua vez, a não discriminação objetiva a integração das minorias na sociedade em pé de igualdade e sem discriminação. A não discriminação também possui um viés duplo de proteção: além proteger o gozo dos direitos humanos sem discriminação, acata a necessidade de ações afirmativas para combater a discriminação e melhorar o alcance da igualdade de oportunidades e de resultados das minorias.

Isso quer dizer que a não discriminação e a proteção de minorias divergem no alcance de suas normas: de um lado, a proteção conferida pela não discriminação é destinada a todos os indivíduos, em caráter universal e, de outro lado, o direito das minorias é reservado particularmente a grupos que possuam características étnicas, religiosas e linguísticas. A não discriminação assegura o gozo dos direitos específicos destinados às minorias, da mesma forma que estas são limitadas pelos princípios de igualdade e não discriminação, tanto perante a outras minorias quanto à maioria, para que não sejam entendidas como privilégios e, como consequência, assegurem a paz, prevenindo conflitos. A não discriminação atua, portanto, como limitadora e asseguradora da proteção de minorias.

O ponto nevrálgico da insuficiência do princípio da não discriminação e dos direitos humanos universais é de que se a proteção de minorias for legada apenas à vertente da prevenção da discriminação e dos direitos humanos universais, tais grupos estarão desprotegidos da assimilação forçada por parte dos Estados, achatando a diversidade culturais e religiosas das minorias. Além disso, as

identidades minoritárias não podem ser protegidas apenas pelos direitos humanos individuais sem discriminação, pois o que se verifica é que o exercício do direito à identidade das minorias é manifestado em comunidade com os demais membros do grupo. Isto é, eles são dependentes da capacidade do grupo minoritário de manter sua cultura, língua ou religião.

O que se conclui é que ambos os direitos são indispensáveis e inter-relacionados, pois, além de negar o tratamento pejorativo diferenciado ou mesmo de assegurar a igualdade, o direito internacional deve reconhecer a validade do direito das minorias usufruírem de sua cultura, fomentando a diversidade linguística, cultural e religiosa de uma forma positiva.

Reafirma-se, portanto, que a não discriminação aliada aos direitos humanos universais não oferece uma proteção adequada às minorias, pois não abarca o direito às suas identidades distintas. Desta forma, uma proteção adequada às minorias deve ser baseada em dois pilares: de um lado, a proibição de discriminação e os direitos humanos gerais, de outro, a promoção e proteção da identidade e existência dos grupos minoritários.

Referências

Fontes primárias:

AFRICAN COURT. **Welcome to the African Court**. 2019. Disponível em: <<http://en.african-court.org/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

ASPINALL, A.; DOUGLAS, David Charles; SMITH, E. Anthony. **English Historical Documents, 1783-1832**. v. 8. London: Psychology Press, 1996.

BRASIL. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. **Portal da Legislação**, Brasília, jun. 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952. Promulga a convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. **Portal da Legislação**, Brasília, dez. 1948. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1952/D30822.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. Decreto 62.150, de 19 de janeiro de 1968. Promulga a Convenção nº 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. **Portal da Legislação**, Brasília, jan. 1968a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62150.htm>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Decreto nº 63.223, de 6 de setembro de 1968. Promulga a convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino. **Portal da Legislação**, Brasília, set. 1968b. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132598_por>. Acesso em: 04 jan. 2020.

_____. Decreto 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. **Portal da Legislação**, Brasília, dez. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. **Portal da Legislação**, Brasília, nov. 1992a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. Decreto no 592, de 6 de julho de 1992b. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. **Portal da Legislação**, Brasília, jul. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em 17 set. 2019.

_____. Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992c. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. **Portal da Legislação**, Brasília, jul 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em 17 set. 2019.

_____. Decreto Legislativo nº 311, de 16 de junho de 2009. Aprova o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado em Nova Iorque, em 16 de dezembro de 1966, e do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte, adotado e proclamado pela Resolução nº 44/128, de 15 de dezembro de 1989, com a reserva expressa no art. 2º. **Portal da Legislação**, Brasília, jun. 2009. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2009/decretolegislativo-311-16-junho-2009-588912-publicacaooriginal-113605-pl.html>>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Portal da Legislação**, Brasília, jun 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm>. Acesso em: 25 set. 2019.

CONVENTION avec la Grèce relative à la rectification des frontières Turco-Grecques, du 2 Juillet 1881. Disponível em: <https://www.mfa.gr/images/docs/diethneis_symvaseis/1881_constantinople_convencion.doc> Acesso em: 01 jul. 2018.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Parecer Consultivo OC-18/03** de 17 de setembro de 2003. A condição jurídica e os Direitos dos migrantes indocumentados. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2016/04/58a49408579728bd7f7a6bf3f1f80051.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2019

COUNCIL OF EUROPE. **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. 1950. Disponível em: <https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.

_____. **Protocolo adicional à Convenção de Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais**. 1952. Disponível em: <https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.

_____. **Framework Convention for the Protection of National Minorities and Explanatory Report.** 1995. Disponível em: <<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=09000016800c10cf>>. Acesso em: 11 set. 2019.

_____. **European Treaty Series - No. 177:** Explanatory Report to the Protocol No. 12 to the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms. 2000. Disponível em: <<https://rm.coe.int/16800cce48>>. Acesso em: 14 set. 2019.

_____. **State parties to the Framework Convention for the Protection of National Minorities.** 2019. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/minorities/etats-partie>>. Acesso em: 30 set. 2019.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Directiva 2000/43/CE que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica.** 29 June 2000. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32000L0043:en:HTML>>. Acesso em: 20 set. 2019.

DECLARATION CONCERNING OF PROTECTION OF MINORITIES IN LITHUANIA, Signed at Geneva, May, 12, 1922. Disponível em: <<http://www.forost.ungarisches-institut.de/pdf/19220512-1.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. Case "Relating to certain aspects of the laws on the use of languages in education in Belgium" v. Belgium (merits). **Judgment.** 23 July 1968. Disponível em: <<https://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22itemid%22%3A%5B%22001-57525%22%5D%7D>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

_____. Grand Chamber. Case of *Stec Others v. United Kingdom*. Application no. 65731/01. **Judgment.** 12 April 2006. Disponível em: <<https://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22itemid%22%3A%5B%22001-70087%22%5D%7D>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

_____. Grand Chamber. Case of *D.H. and Others v. The Czech Republic*. Application no. 57325/00. **Judgment.** 13 November 2007. Disponível em: <<https://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22itemid%22%3A%5B%22001-83256%22%5D%7D>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

GREAT BRITAIN. **1750-1784:** 1713-48 A Collection of All the Treaties of Peace, Alliance, and Commerce, Between Great-Britain and Other Powers: From the Treaty Signed at Munster in 1648, to the Treaties Signed at Paris in 1783, Charles Jenkinson Earl of Liverpool. v. 3. London: J. Debrett, 1785.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. **Advisory Opinion.** 28 May 1951. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/files/case-related/12/012-19510528-ADV-01-00-EN.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. South-West Africa Cases (Ethiopia v. South Africa; Liberia v. South Africa) Second Phase. **Dissenting Opinion of Judge Tanaka**. 18 July 1969. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/files/case-related/52/052-19690220-JUD-01-08-EN.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2019.

_____. Case concerning the Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited (New Application:1962) (Belgium v. Spain) Second phase. **Judgment**. 5 february 1970a. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/files/case-related/50/050-19700205-JUD-01-00-EN.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

_____. Case concerning the Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited (New Application:1962) (Belgium v. Spain) Second phase. **Separate Opinion of Judge Ammoun**. 5 february 1970b. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/files/case-related/50/050-19700205-JUD-01-10-EN.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

_____. Legal Consequences for States of the Continued Presence of South Africa in Namibia. **Advisory Opinion**. 21 June 1971. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/files/case-related/53/053-19710621-ADV-01-00-EN.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS. Case of nNadege Dorzema et al. v. Dominican Republic (Merits, reparations and costs). Judgment. 24 October 2012. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_251_ing.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR THE FORMER YUGOSLÁVIA. Trial Chamber II. The Prosecutor v. Radislav Krstic. IT-98-33-T. **Judgement**. 02 August 2001. Disponível em: <<http://www.icty.org/x/cases/krstic/tjug/en/krs-tj010802e.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2019.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Ratifications of C111 - Discrimination (Employment and Occupation) Convention, 1958 (No. 111)**. 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11300:0::NO:11300:P11300_INSTUMENT_ID:312256>. Acesso em: 25 set. 2019.

MINORITIES TREATY BETWEEN THE PRINCIPAL ALLIED AND ASSOCIATED POWERS (THE BRITISH EMPIRE, FRANCE, ITALY, JAPAN AND THE UNITED STATES) AND POLAND, Signed at Versailles, 28 june 1919. Disponível em: <<http://www.forost.ungarisches-institut.de/pdf/19190628-3.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância**. 2013a. Disponível em: <https://www.oas.org/en/sla/dil/docs/inter_american_treaties_A-69_Convencao_Interamericana_disciminacao_intolerancia_POR.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.** 2013b. Disponível em: <http://www.oas.org/en/sla/dil/inter_american_treaties_A-68_racism_signatories.asp>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância – Signatários e Ratificações.** 2019a. Disponível em: <http://www.oas.org/en/sla/dil/inter_american_treaties_A-69_discrimination_intolerance_signatories.asp>. Acesso em: 25 set. 2019.

ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE. **Document of the Copenhagen meeting of the Conference on the Human Dimension of the CSCE.** 1990. Disponível em: <<https://www.osce.org/odihr/elections/14304?download=true>>. Acesso em 25 set. 2019.

_____. **Report of the CSCE Meeting of Experts on National Minorities.** 1991. Disponível em: <<https://www.osce.org/hcnm/14588?download=true>>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Keynote Address of Mr Max van der Stoep CSCE High Commissioner on National Minorities at the CSCE Human Dimension Seminar on "Case Studies on National Minority Issues: Positive Results".** 1993. Disponível em: <<https://www.osce.org/hcnm/38038?download=true>>. Acesso em: 25 set. 2019.

ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. **African Charter on Human and Peoples Rights.** 1981. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/treaties/36390-treaty-0011_-_african_charter_on_human_and_peoples_rights_e.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

PERMANENT COURT OF INTERNATIONAL JUSTICE. Certain questions relating to settlers of German origin in the territory ceded by Germany to Poland. **Advisory Opinion no. 6.** 10 Set. 1923a. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/permanent-court-of-international-justice/serie_B/B_06/Colons_allemands_en_Pologne_Avis_consultatif.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018

_____. Acquisition of Polish Nationality. **Advisory Opinion no. 7.** 15 september 1923b. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/permanent-court-of-international-justice/serie_B/B_07/01_Acquisition_de_la_nationalite_polonaise_Avis_consultatif.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

_____. Jurisdiction of the Courts of Danzig (Pecuniary Claims of Danzig Railway Officials Who Have Passed into the Polish Service, Against the Polish Railways Administration). **Advisory Opinion.** 06 march 1928a. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/permanent-court-of-international-justice/serie_B/B_15/01_Compotence_des_tribunaux_de_Danzig_Avis_consultatif.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

_____. Rights of minorities in Upper Silesia (Minority Schools). **Judgement**. 26 April 1928b. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/permanent-court-of-international-justice/serie_A/A_15/46_Droits_de_minorites_en_Haute_Silesie_Ecoles_minoritaires_Arret.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018

_____. Interpretation of the Convention between Greece and Bulgaria respecting reciprocal emigration, signed at Neuilly-sur-Seine on november 27th, 1919 (Question of the "Communities"). **Advisory Opinion no. 17**. 17 July 1930. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/permanent-court-of-international-justice/serie_B/B_17/01_Communautes_greco-bulgares_Avis_consultatif.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018

_____. Access to German Minority Schools in Upper Silesia. **Advisory Opinion**. 15 May 1931. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/permanent-court-of-international-justice/serie_AB/AB_40/01_Ecoles_minoritaires_Avis_consultatif.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018

_____. Treatment of Polish Nationals and Other Persons of Polish Origin or Speech in the Danzig Territory. **Advisory Opinion**. 4 February 1932. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/permanent-court-of-international-justice/serie_AB/AB_44/01_Traitement_nationaux_polonais_Avis_consultatif.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

_____. Minority Schools in Albania. **Advisory Opinion**. 06 April 1935. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/permanent-court-of-international-justice/serie_AB/AB_44/01_Traitement_nationaux_polonais_Avis_consultatif.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

STF. Ação Declaratória de Constitucionalidade: 0000833-70.2016.1.00.0000. Relator: Ministro Roberto Barroso. DJ: 17/08/2007. **STF**, 2017. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4917166>>. Acesso em: 25 set. 2019

STATE TREATY (WITH ANNEXES AND MAPS) FOR THE RE-ESTABLISH-MENT OF AN INDEPENDENT AND DEMOCRATIC AUSTRIA. 1955. Disponível em: <<https://www.dipublico.org/100823/state-treaty-with-annexes-and-maps-for-the-re-establishment-of-an-independent-and-democratic-austria-signed-at-vienna-on-15-may-1955/>>. Acesso em 07 jul. 2019.

Traité relatif au droit de nationalité et à la protection des minorités, signé à Brunn le 7 juin 1920. Disponível em: <http://www.axl.cefan.ulaval.ca/europe/autriche_1920.htm>. Acesso em: 11 jun. 2018

The Religious Peace of Augsburg of september 25, 1555. Disponível em: <http://ghdi.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=4386>. Acesso em: 11 jun. 2018

TREATY Between Austria-Hungary, France, Germany, Great Britain And Ireland, Italy, Russia, and the Ottoman Empire For The Settlement of Affairs in The East, 1878. Disponível em: <<https://www.dipublico.org/100517/treaty-between-great-britain-austria-hungary-france-germany-italy-russia-and-turkey-berlin-july-13-1878/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

TREATY of Peace between the Allied and Associated Powers and Austria; Protocol, Declaration and Special Declaration (St. Germain-en-Laye, 10 September 1919). 1919. Disponível em: <<http://www.forost.ungarisches-institut.de/pdf/19190910-1.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018

TREATY of Peace Between The Allied and Associated Powers and Turkey Signed At Sèvres August 10, 1920 (Treaty of Sèvres), 1920. Disponível em: <http://sam.baskent.edu.tr/belge/Sevres_ENG.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018

TREATY of Peace with Turkey and other instruments signed at Lausanne on July, 24, 1923. London: Printed and Published by His Majesty's Stationery Office, 1923.

UNIÃO EUROPEIA. Tratado da União Europeia. 1992. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar%3A9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01%2FDOC_2&format=PDF>. Acesso em: 20 set. 2019.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council. A/RES/96(I). The crime of "Genocide". 11 December 1946. Disponível em: <[https://undocs.org/en/A/RES/96\(I\)](https://undocs.org/en/A/RES/96(I))>. Acesso em: 11 jul. 2019

_____. Economic and Social Council. E/CN.4/W.16. **Analysis of various drafts of international bills of rights. Mémoire by the Division of Human Rights.** 23 January 1947a. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/701860?ln=en>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. Economic and Social Council. E/CN.4/AC.1/3/Add.1. **International Bill of Rights documented outline. Part 1, Texts.** 11 June 1947b. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/701860?ln=en>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. Economic and Social Council. E/CN.4/AC.1/W.2. **Revised Suggestions Submitted by the Representative of France for Articles of the International Declaration of Rights.** 20 June 1947c. Disponível em: <<https://undocs.org/E/CN.4/AC.1/W.2/REV.2>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. Economic and Social Council. E/CN.4/52. **Report Submitted to the Commission on Human Rights.** 6 December 1947d. Disponível em: <<https://undocs.org/E/CN.4/AC.1/W.2/REV.2>>. Acesso em: 11 jul. 2019

_____. General Assembly. A/RES/217(III)[A]. **Universal Declaration of Human Rights.** 10 december 1948a. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/628696?ln=en>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. General Assembly. A/RES/217(III)[C]. **Fate of minorities**. 10 December 1948b. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/666856?ln=en>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

_____. General Assembly. A/RES/3/260. **Resolution 260(III)**. 1948c. 9 December 1948c. Disponível em: <<http://un-documents.net/a3r260.htm>>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. Commission of Human Rights. E/CN.4/Sub.2/40/Rev.1. 1949. **The main types and causes of discrimination**: memorandum submitted by the Secretary-General. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/1638125?ln=en>>. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. Economic and Social Council. E/CN.4/Sub.2/108. **Draft resolution on a draft convention for the protection of ethnic, religious and linguistic traditions and characteristics of minorities**. 19 January 1950a. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/1477681?ln=en>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. Economic and Social Council. E/CN.4/Sub.2/106/Rev.1. **Mr. Erkstrand and Mr. Black: Revised Draft Resolution on the Protection of Minorities**. 20 January 1950b. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/1477681?ln=en>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. Economic and Social Council. E/CN.4/Sub.2/112. **Report of the Drafting Committee Composed of Mr. Black, Mr. Ekstrand, Mr. Masani and Miss Monroe**. 20 January 1950c. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/1477679?ln=en>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. Economic and Social Council. E/CN.4/Sub.3/384/Rev1. **Study on the Rights of Persons Belonging to Ethnic, Religious and Linguistic Minorities by Francesco Capotorti**. 1979. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/10387>>. Acesso em 01 fev. 2018.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/13/D/24/1977. Sandra Lovelace v. Canada. Communication nº 024/977. **Adoption of views**. 30 July 1981a. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/286>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. General Assembly. A/RES/36/55. **Declaration on the Elimination of All Forms of Intolerance and of Discrimination Based on Religion or Belief**. 25 November 1981b. Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/RES/36/55>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/29/D/172/1984. S. W. M. Brooks v Netherlands. Communication nº 172/1984. **Adoption of views**. 9 April 1987. Disponível em: <https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CCPR/C/29/D/172/1984&Lang=en>. Acesso em: 22 nov. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/13/D/24/1977. Kitok v. Sweden. Communication nº 197/1985. **Adoption of views**. 27 July 1988. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/543>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. HRI/GEN/1/Rev.6. **General Comment nº 18 Non-discrimination**. 1989a. Disponível em: <https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCCPR%2fGEC%2f6622&Lang=en>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/44/D/363/1989. M.K. v. France. Communication nº 222/1987. **Inadmissibility decision**. 08 November 1989b. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/585>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/37/D/220/1987. T.K. v. France. Communication nº 220/1987. **Inadmissibility decision**. 08 November 1989c. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/463>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/37/D/208/1986. Singh Bhinder v. Canada. Communication nº 208/1986. **Adoption of views**. 09 November 1989d. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/463>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/38/D/167/1984. Ominayak (Lubicon Lake Band) v. Canada. Communication nº 67/1984. **Adoption of views**. 26 March 1990a. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/665>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/39/D/219/1986. Guesdon v. France. Communication nº 219/1986. **Adoption of views**. 25 July 1990b. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/611>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. **General Recommendation VIII Concerning the Interpretation and Application of Article 1, Paragraphs 1 and 4 of the Convention Identification with a Particular Racial or Ethnic Group**. 1990c. Disponível em: <<https://www.legal-tools.org/doc/2503f1/pdf/>>. Acesso em: 08 ago. 2019

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/41/D/221/1987. Cadoret and Le Bihan v France. Communication nº 221/1987. **Adoption of views**. 11 April 1991a. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/383>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/41/D/323/1988. Cadoret and Le Bihan v France. Communication nº 323/1988. **Adoption of views**. 11 April 1991b. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/383>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/41/D/327/1988. Barzhig v. France. Communication nº 327/1988. **Adoption of views**. 11 April 1991c. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/547>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/43/D/347/1988. S.G. v. France. Communication nº 347/1988. **Inadmissibility decision**. 01 November 1991d. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/296>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/43/D/348/1989. G.B. v. France. Communication nº 348/1989. **Inadmissibility decision**. 01 November 1991e. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/369>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/43/D/439/1990. C.L.D. v. France. Communication nº 439/1990. **Inadmissibility decision**. 08 November 1991f. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/448>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. General Assembly. A/RES/47/135. **Declaration on the Rights of Persons Belonging to National or Ethnic, Religious and Linguistic Minorities**. 3 february 1992a. Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/RES/47/135>>. Acesso em: 03 mai. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/44/D/363/1989. R. L. M. v. France. Communication nº 363/1989. **Inadmissibility decision**. 06 April 1992b. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/541>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/47/D/359/1989. Ballantyne et al. V. Canada. Communications nº 359/1989 385/189. **Adoption of views**. 31 March 1993a. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/345>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Sub-Commission on Prevention of Discrimination and Protection of Minorities. E/CN.4/Sub.2/1993/34. 1993b. **Protection of Minorities: Possible ways and means of facilitating the peaceful and constructive solution of problems involving minorities, Report submitted by Mr. Asbjørn Eide**. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/171101?ln=en>>. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/50/D/431/1990. Sara et al. v. Finland. Communication nº 431/1990. **Inadmissibility decision**. 23 March 1994a. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/602>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/21/Rev.1/Add.5. **CCPR General Comment No. 23: Article 27 (Rights of Minorities)**. 8 April 1994b. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/453883fc0.html>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/52/D/511/1992. Länsman (Jouni) et al. (2) v. Finland. Communication nº 511/1992. **Adoption of views**. 26 October 1994c. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/722>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/58/D/671/1995. Länsman (Jouni) et al. (2) v. Finland. Communication nº 671/1995. **Adoption of views**. 30 October 1996. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/743>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/60/D/612/1995. Vicente et al. v. Colombia. Communication nº 612/1995. **Adoption of views**. 29 July 1997a. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/873>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/60/D/549/1993. Hopu and Bessert v. France. Communication nº 549/1993. **Adoption of views**. 29 July 1997b. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/878>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/64/D/669/1995. Malik v. Czech Republic. Communication nº 669/1995. **Inadmissibility decision**. 21 October 1998a. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/784>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/90/D/1285/2004. Kleckovski v. Lituania. Communication nº 1285/2004. **Inadmissibility decision**. 21 October 1998b. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/785>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/64/D/670/1995. Schlosser v. Czech Republic. Communication nº 670/1995. **Inadmissibility decision**. 3 November 1998c. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/785>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/67/D/694/1996. Waldman v. Canada. Communication nº 694/1996. **Adoption of views**. 03 November 1999a. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/839>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. General recommendation XXIV concerning article 1 of the Convention. 1999b. Disponível em: <https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCERD%2fGEC%2f7496&Lang=en>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/69/D/760/1996. Diergaardt et al. v. Namibia. Communication nº 760/1996. **Adoption of views**. 25 July 2000a. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/881>>. Acesso em:

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/70/D/547/1993. Mahuika et al. Communication n° 547/1993. **Adoption of views**. 27 October 2000b. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/897>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/73/D/779/1997. Äärelä and Näkkäläjärvi v. Finland. Communication n° 779/1997. **Adoption of views**. 24 October 2001. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/939>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/76/D/942/2000. Jonassen et al. v. Norway. Communication n° 942/2000. **Inadmissibility decision**. 12 November 2002a. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1017>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Commission of Human Rights. E/CN.4/Sub.2/2002/21. **The concept and practice of affirmative action: final report / submitted by Marc Bossuyt, Special Rapporteur, in accordance with Sub-Commission resolution 1998/5**. 17 June 2002b. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/467997>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/78/D/998/2001. Althammer et al. v. Austria. Communication n° 998/2001. **Inadmissibility decision**. 8 August 2003. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/653>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

UNITED NATIONS, Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. **Civil and Political Rights: The Human Rights Committee. Fact Sheet No. 15 (Rev.1.)**. May 2005a. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/Documents/Publications/FactSheet15rev.1en.pdf>>. Acesso em 01 set. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/83/D/1023/2001. Länsman (Jouni) et al. (2) v. Finland. Communication n° 1023/2001. **Adoption of views**. 17 March 2005b. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1157>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/84/D/879/1999. Howard v. Canada. Communication n° 879/1999. **Adoption of views**. 26 July 2000c5. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1172>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/85/D/1249/2004. Sister Immaculate Joseph et al. Communication n° 1249/2004. **Adoption of views**. 21 October 2005d. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1204>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. E/CN.4/2006/74. Specific groups and individuals: minorities. **Report of the independent expert on minority issues, Gay McDougall**. 6 January 2006. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=tradutor&oq=tradutor&aqs=chrome..69i57j0l7.2010j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/91/D/1186/2003. Titiahonjo v. Cameroon. Communication nº 1186/2003. **Adoption of views**. 26 October 2007a. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1359>>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/91/D/1474/2006. Prince v. South Africa. Communication nº 1474/2006. **Adoption of views**. 31 October 2007b. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1380>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Committee on the Elimination of Racial Discrimination (CERD). CERD/C/GC/32. 2009a. **General Recommendation no. 32**: The meaning and scope of special measures in the International Convention on the Elimination of All Forms [of] Racial Discrimination. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/4adc30382.html>>. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/95/D/1334/2004. Mavlonov and Sa'di v. Uzbekistan. Communication nº 1334/2004. **Adoption of views**. 19 March 2009b. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1486>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/95/D/1457/2006. Poma Poma v. Peru. Communication nº 1457/2006. **Adoption of views**. 27 March 2009c. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1495>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/100/D/1621/2007. Raihman v. Latvia. Communication nº 1621/2007. **Adoption of views**. 28 October 2010. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1598>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/109/D/1879/2009. A.W.P v. Denmark. Communication nº 1879/2009. **Inadmissibility decision**. 01 November 2013. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1678>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/109/D/1922/2009. Martinez and others v. Algeria. Communication nº 1922/2009. **Inadmissibility decision**. 28 October 2013. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1679>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/110/D/2102/2011. Kalevi Paadar, Eero Paadar and his family, Veijo Paadar, and Kari Alatorvinen and his family. Communication nº 2102/2011. **Adoption of views**. 26 March 2014. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1817>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/114/D/2288/2013. Omo-Amenaghawon v. Denmark Nigeria. Communication nº 2288/2013. **Adoption of views**. 23 Jul 2015. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/1996>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/117/D/2124/2011. Mohamed Rabbae v. Netherlands. Communication nº 2124/2011. **Adoption of views**. 14 July 2016. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/2153>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/118/D/2204/2012. J.D.. v. Denmark. Communication nº 2204/2012. **Adoption of views**. 26 October 2016. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/2217>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/118/D/2242/2013. “I Elpida” — The Cultural Association of Greek Gypsies from Halandri and Suburbs, and Stylianos Kalamiotis v. Greece. Communication nº 2242/2013. **Adoption of views**. 03 Nov. 2016. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/2180>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/120/D/2285/2013. Basem Ahmed Issa Yassin et. al. v. Canada. Communication nº 2285/2013. **Inadmissibility decision**. 26 Jul. 2017. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/2316>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/121/D/2837/2016. B.Z. et al. v. Albania. Communication nº 2837/2016. **Inadmissibility decision**. 08 November 2017. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/2362>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/122/D/2292/2013. W.K. v. Canada. Communication nº 2292/2013. **Adoption of views** 27 March 2018. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/2442>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/124/D/2668/2015. Tiina Sanila-Aikio v. Finland. Communication nº 2668/2015. **Adoption of views**. 01 November 2018. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/2563>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Human Rights Committee. CCPR/C/121/D/2837/2016. **B.Z. et al. v. Albania**. Communication nº 2837/2016. 21 December 2017. Disponível em: <<https://juris.ohchr.org/Search/Details/2362>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Office of the High Commissioner. **Committee on the Elimination of Racial Discrimination**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CERD/Pages/CERDIntro.aspx>>. Acesso em: 24 set. 2019b.

_____. Office of the High Commissioner. **Pamphlet No. 4: Human Rights Treaty Bodies and Complaint Mechanisms**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/Issues/Minorities/Pages/MinoritiesGuide.aspx>>. Acesso em: 24 set. 2019c.

_____. Office of the High Commissioner. **Pamphlet No. 8: The Council of Europe's Framework Convention for the Protection of National Minorities**. Disponível em: <

<https://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuideMinorities8en.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2019d.

_____. Office of the High Commissioner. **Special Rapporteur on freedom of religion or belief**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/issues/freedomreligion/pages/freedomreligionindex.aspx>>. Acesso em: 24 set. 2019e.

UNITED NATIONS. **The Office on Genocide Prevention and the Responsibility to Protect: Mandate**. 2019f. Disponível em: <<https://www.un.org/en/genocideprevention/office-mandate.shtml>>. Acesso em 25 ago. 2019.

_____. **The Genocide Convention: Background**. 2019g. Disponível em: <<https://www.un.org/en/genocideprevention/genocide-convention.shtml>>. Acesso em 25 set. 2019.

UNITED NATIONS, Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. **Committee on the Elimination of Racial Discrimination**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CERD/Pages/CERDIndex.aspx>>. Acesso em 18 ago. 2019.

UNITED NATIONS. **Treaty Collection**. 2019h. Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-2&chapter=4&clang=_en>. Acesso em: 18 set. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Convention against Discrimination in Education. 1960. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=12949&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. **States parties. Convention against Discrimination in Education**. 2019. Disponível em: <<http://www.unesco.org/eri/la/convention.asp?KO=12949&language=E&order=alpha>>. Acesso em: 24 set. 2019.

Fontes secundárias:

ACHOUR, Yadh Ben. Souveraineté étatique et protection internationale des minorités. **RCADI**, t. 245, 1994, p. 321-464.

AHMED, Tawhida. The EU's Relationship with Minority Rights. In: PSYCHOGIOPOULOU, Evangelia (Ed). **Cultural Governance and the European Union: Protecting and Promoting Cultural Diversity in Europe**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015. p. 177-191.

ALCOCK, Antony. **A History of the Protection of Regional Cultural Minorities in Europe**: From the Edict of Nantes to the Present Day. 1. ed. [S.l.]: Palgrave Macmillan UK, 2000. 279 p.

ALFREDSSON, Gudmundur. Minorities, Indigenous and Tribal Peoples, and Peoples: Definitions of Terms as a Matter of International Law. In: GHANEA, Nazila; XANTHAKI, Alexandra (Orgs). **Minorities, Peoples and Self-Determination**: Essays in Honour of Patrick Thornberry. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2004. P. 163-172.

_____. Minority Rights and the United Nations. In: CARUSO, Ugo; HOFMANN, Rainer (Orgs.). **Studies in International Minority and Group Rights**, Volume: 9 - The United Nations Declaration on Minorities: An Academic Account on the Occasion of its 20th Anniversary (1992–2012). Leiden: Brill – Nijhoff, 2015. Cap. 2, p. 19-45

ALVES, J.A. Lindgren. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. **Rev. bras. polít. int.**, v. 45, n. 2, p. 198-223. 2002.

ANDEVA, Marina. The role of minority-related legislation in the protection and promotion of equality on ethnic grounds. In: OSIPOV, Alexander; VASILEVICH, Hanna; ČERNEGA, Stanislav (Eds.). **Compilation of Lectures**: Ensuring Equality and Preventing Discrimination on Ethnic Grounds. European Center for Minority Issues (ECMI), p. 52-66, 2017.

ANDRASSY, Gyorgy. Article 27 of the International Covenant on Civil and Political Rights - the Wording and Its Implications. **HUNGARIAN Y.B. INT'L L. & EUR. L.** v. 263. p. 263-291, 2016.

ANDREEVSKA, Elena. Protection of Minorities and the Prohibition of Discrimination: The Ohrid Framework Agreement. **American International Journal of Contemporary Research**, v. 3 n. 5; p. 62-88, 2013.

ARNARDÓTTIR, Oddný Mjöll. Equality and Non-Discrimination under the European Convention on Human Rights. **International Studies in Human Rights**, v. 74, 2002.

AYENI, Victor. The African Human Rights Architecture: Reflections on the instruments and mechanisms within the African human rights system. **Beijing Law Review**, vol. 10(2), p. 302-316, 2019.

BARTEN, Ulrich. **Minorities, Minority Rights and Internal Self-Determination**. Switzerland: Springer International Publishing, 2015a.

_____. What's in a Name? Peoples, Minorities, Indigenous Peoples, Tribal Groups and Nations. **Journal on Ethnopolitics and Minority Issues in Europe**, v. 14, n. 1, 2015b, p. 1-25.

_____. Article 27 ICCPR: A First Point of Reference. In: CARUSO, Ugo; HOFMANN, Rainer (Orgs.). **Studies in International Minority and Group Rights**, Volume: 9 -

The United Nations Declaration on Minorities: An Academic Account on the Occasion of its 20th Anniversary (1992–2012). Leiden: Brill – Nijhoff, 2015b. Cap. 3, p. 46-65

BARTH, William K. Minority Rights, Multiculturalism and the Roma of Europe. **Nordic Journal of International Law**, vol. 76, no. 4, p. 363-406, 2007.

BESSON, Samantha. Evolutions in Non-Discrimination Law within the ECHR and the ESC Systems: "It Takes Two to Tango in the Council of Europe". **The American Journal of Comparative Law**, v. 60, n. 1, p. 147-180, 2012.

BILDER, Richard B. Can Minorities Treaties Work?. **Israel Yearbook on the Human Rights**, v. 20, p. 71-92, 1991.

BRÖLMANN, Catherine. The PCIJ and International Rights of Groups and Individuals, In: (eds. TAMS, C.J.; FITZMAURICE, M; MERKOURIS, P (Eds.)). **Legacies of the Permanent Court of International Justice**, Leiden, Nijhoff, 2013, p. 123-143.

CASSESE, Antonio. **International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CASTELLINO, Joshua. The Protection of Minorities and Indigenous Peoples in International Law: A Comparative Temporal Analysis. **International Journal on Minority and Group Rights**, vol. 17, p. 393–422, 2010.

_____. **International Law and Self-Determination: The Interplay of the Politics of Territorial Possession with Formulations of Post-Colonial National Identity (Developments in International Law)**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2000.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. v. II, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999.

_____. **Princípios do Direito Internacional Contemporâneo**. 2. Ed. Brasília: FUNAG, 2017.

CAPOTORTI, Francesco. The protection of minorities under multilateral agreements on Human Rights. **The Italian Yearbook of International Law Online**, v. 2, Issue 1, p. 3-32, 1976.

CASELLA, Paulo Borba. A proteção internacional dos direitos das minorias: o caso da minoria por orientação sexual e identidade de gênero. In: JUBILUT, Liliana Lyra; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; MAGALHÃES, José Luiz Quadros (Coords). **Direito à diferença: aspectos teóricos e conceituais da proteção às minorias e aos grupos vulneráveis**. São Paulo: Saraiva, 2013, pp. 179-188.

_____. **Direito internacional no tempo moderno de Suarez a Grócio**. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. **Fundamentos do direito internacional pós-moderno**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. Os Ameríndios e o Direito Internacional. **Revista Da Faculdade De Direito**, Universidade De São Paulo, v. 112, 285-301, 2018.

_____. **O Tratado de Versalhes na História do Direito Internacional**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

CHIBUNDU, Maxwell O. Affirmative Action and International Law. **Law in Context: A Socio-Legal Journal**, v. 15, n. 2, p. 11-50, 1999.

CLAUDE, Inis L. The Nature and Status of the Subcommittee on Prevention of Discrimination and Protection of Minorities. **International Organization**, v. 5, p. 300-312, 1951.

CLIFFORD, Jarlath. Equality. In: FARRIOR, Stephanie. **Equality and Non-Discrimination under International Law**. v. II. 1. Ed. Londres: Routledge, 2016, p. 3-27.

CRAVEN, Matthew. Non-discrimination and Equality. In: FARRIOR, Stephanie. **Equality and Non-Discrimination under International Law**. v. II. 1. Ed. Londres: Routledge, 2016, p. 105-145

DERSSO, Solomon. The right to Self-determination, Minorities and Indigenous Peoples in Africa. In: DERSSO, Solomon Dersso (Ed.) **Perspectives on the rights of Minorities and Indigenous Peoples in Africa**. Pretoria: Pretoria University Law Press, 2010. Cap. 8, p. 207-252.

_____. The African Human Rights System and the Issue of Minorities in Africa. **African Journal of International and Comparative Law**, vol. 20, no. 1, p. 42-69, 2012.

_____. The 1992 UN Declaration on Minorities and the African Human Rights System. In: CARUSO, Ugo; HOFMANN, Rainer (Orgs). **The United Nations Declaration on Minorities: An Academic Account on the Occasion of its 20th Anniversary (1992-2012)**. Leiden: Brill | Nijhoff, 2015, p. 253-282.

DESSALEGN, Beza. The Normative Framework of the African Human Rights Regime on the Rights of Minorities. **MIZAN LAW REVIEW**, v. 8, n.2, p. 455-469, 2014.

DE VOS, Marc. **Beyond formal equality**: Positive action under directives 2000/43/EC and 2000/78/EC. 2008. Disponível em: <<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/5fc68cca-c88a-4800-bcfd-b8ce17ddab36>>. Acesso em 30 jun. 2019

DIMITROVS, Aleksejs. The Use of Anti-Discrimination Law and General Human Rights Law for the Protection of Minorities: Practical Limits and Opportunities. In: OSIPOV, Alexander; VASILEVICH, Hanna; ČERNEGA, Stanislav (Eds.). **Compilation of Lectures: Ensuring Equality and Preventing Discrimination on Ethnic Grounds**. European Center for Minority Issues (ECMI), p. 26-51, 2017.

EDEL, Frédéric. The Prohibition of Discrimination under the European Convention of Human Rights. Strasbourg: Council of Europe Publishing, 2010.

EIDE, Asbjørn. An Overview of the UN Declaration and Major Issues Involved. In: CARUSO, Ugo; HOFMANN, Rainer (Orgs.). **Studies in International Minority and Group Rights**, Volume: 9 - The United Nations Declaration on Minorities: An Academic Account on the Occasion of its 20th Anniversary (1992–2012). Leiden: Brill – Nijhoff, 2015. Cap. 3, p. 66-86.

EIDE, Asbjørn. Minority Situations: In Search of Peaceful and Constructive Solutions. **Notre Dame L. Rev.**, 1461, v. 66, pp.1311-1346, 1991.

ERMACORA, Felix. The Protection of Minorities Before the United Nations. **RCADI**, t.182, p.247-370, 1983.

EINARSEN. Discrimination and Consequences for the Position of Aliens. **Nordic Journal of International Law**, v. 64, p. 429-52, 1995.

FEINBERG, Nathan. La Juridiction et la Jurisprudence de la Cour Permanente De Justice Internationale en Matière de Mandats et de Minorites. **RCADI**, t. 59, p. 587-708, 1937.

FELLMETH, Aaron X. Nondiscrimination as a Universal Human Rights. **Yale Journal of International Law**, vol. 34, n. 2, p. 588-595, 2009.

FREDMAN, Sandra. **Discrimination Law**. 2.ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

_____. Substantive equality revisited. **International Journal of Constitutional Law**, v. 14, Issue 3, p. 712–738, 2016.

FOX, Graham. The United Nations Forum on Minority Issues and its Role in Promoting the un Declaration on the Rights of Persons Belonging to National or Ethnic, Religious and Linguistic Minorities. In: CARUSO, Ugo; HOFMANN, Rainer (Orgs.). **Studies in International Minority and Group Rights**, Volume: 9 - The United Nations Declaration on Minorities: An Academic Account on the Occasion of its 20th Anniversary (1992–2012). Leiden: Brill – Nijhoff, 2015. Cap. 5, p. 87-106.

GARDENIERS, Ton; HANNUM, Hurst; KRUGER, Janice. The U. N. Sub-Commission on Prevention of Discrimination and Protection of Minorities: Recent Developments. **Human Rights Quarterly**, v. 4, n. 3, p. 353-370, 1982.

GHANEA, Nazila. The 1981 UN Declaration on the Elimination of All Forms of Intolerance and of Discrimination Based on Religion or Belief: Some Observations. In: GHANEA, Nazila (Ed.). **The Challenge of Religious Discrimination at the Dawn of the New Millennium**. Leiden: Koninklijke Brill NV, 2004, p. 9-31.

GILBERT, Geoff. The Burgeoning Minority Rights Jurisprudence of the European Court of Human Rights. **Human Rights Quarterly**, v. 24, p. 736–780, 2002.

GERARDS, Janneke. The Discrimination Grounds of Article 14 of the European Convention on Human Rights. **Human Rights Law Review**, v. 13, Issue 1, p. 99-124, 2013.

HANNUM, Hurst. Contemporary Developments in the International Protection of the Rights of Minorities. **Notre Dame L. Rev.** 1461, v. 66, p. 1431-1448, 1991.

HARRIS, H. Wilson. The League and Minorities. In: **Int'l Conciliation**, v. 11, p. 344-347, 1926.

HEINTZE, Hans-Joachim. Self-determinations, Right of. In: VOLGER, Helmut (Ed.). **A Concise Encyclopedia of the United Nations**. Leiden: Martinus Nijhoff, 2010. p. 657-663.

HENRARD, Kristin. **Devising an Adequate System of Minority Protection: Individual Human Rights, Minority Rights and the Right to Self-Determination**. Brill Nijhoff, 2000.

_____. **Minority Protection in Post-Apartheid South Africa: Human Rights, Minority Rights, and Self-Determination** (Perspectives on the Twentieth Century). Westport, Connecticut London: Praeger, 2002.

_____. **The Impact of International Non-Discrimination Norms in Combination with General Human Rights for the Protection of National Minorities: Several United Nations Human Rights Conventions**. 2006. Disponível em: <<https://rm.coe.int/1680097f35>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. The Protection of Minorities Through the Equality Provisions in the UN Human Rights Treaties: The UN Treaty Bodies. **International Journal on Minority and Group Rights**, Vol. 14, No. 2/3, p. 141-180, 2007.

_____. **Equal Rights versus Special Rights? Minority Protection and the Prohibition of Discrimination**. 2008. Disponível em: <<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/52629060-f3b7-4df2-ac64-3882c78bdef1>>. Acesso em 30 jun. 2019.

_____. Minorities in Africa and the right to equality and non-discrimination. In: DERSSO, Solomon Dersso (Ed.) **Perspectives on the rights of Minorities and Indigenous Peoples in Africa**. Pretoria: Pretoria University Law Press, Cap. 8, p. 207-252, 2010.

_____. Boosting Positive Action: The Asymmetrical Approach towards Non-Discrimination and Special Minority Rights. **Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht**, v. 71, p. 379-418, 2011.

_____. The European Court of Human Rights, Ethnic and Religious Minorities and the Two Dimensions of the Right to Equal Treatment: Jurisprudence at Different Speeds?, **Nordic Journal of Human Rights**, v. 34, n. 3, p. 157-177, 2016.

KOROWICZ, Marc St. **Une Experience de Droit International: la Protection des Minorités de Haute-Silésie**. Paris: A. Pedone, 1946.

KYMLICKA, WILL. **Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

LAUTERPACHT, Hersch. **An International Bill of the Rights of Man**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LERNER, Nathan. From Protection of Minorities to Group Rights. In: DINSTEIN, Yoram; DOMB, Fania (Eds.). **The progression of International Law: Four Decades of Israel Yearbook on Human Rights – An Anniversary Volume**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2011.

LOPER, Kelley. Substantive Equality in International Human Rights Law and Its Relevance for the Resolution of Tibetan Autonomy Claims. **North Carolina Journal of International Law and Commercial Regulation**, v. 37, n. 1, p. 1-46, 2011.

MACKLEM, Patrick. Minority rights in international law. **International Journal of Constitutional Law**, v. 6, Issue 3-4, p. 531–552, 2008.

MAKKONEN, Timo. **Equal in Law, Unequal in Fact: Racial and Ethnic Discrimination and the Legal Response Thereto in Europe**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2012.

MENDELSTAM, André. La protection des minorités. **RCADI**, t.1, p.363-520, 1923.

MCGREGOR, Marie. Affirmative action and non-discrimination: South African Law evaluated against International Law. **Comparative and International Law Journal of Southern Africa**, v. 39, n. 3, p. 385-404, 2006.

MEIJKNECHT, Anna. **Towards International Personality: The Position of Minorities and Indigenous Peoples in International Law**. Oxford: Intersentia, 2001.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 15. Ed. 2.v. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MERON, Theodor. The Meaning and Reach of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination. **The American Journal of International Law**, v. 79, n. 2, p. 283-318, 1985.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MINORITY RIGHTS GROUP. **Overview of Americas**. 2019. Disponível em: <<https://minorityrights.org/minorities/overview-of-americas/>>. Acesso em 20 set. 2019.

MOECKLI, Daniel. Equality and Non-discrimination. In: FARRIOR, Stephanie. **Equality and Non-Discrimination under International Law**. v. II. 1. Ed. Londres: Routledge, 2016, p. 53-69.

MORAWA, Alexander H. E.. The Evolving Human Right to Equality. **European Yearbook of Minority Issues**, v. 1, p. 157–205, 2002.

_____. The United Nations Treaty Monitoring Bodies and Minority Rights, with particular emphasis on the Human Rights Committee. In: THE COUNCIL OF EUROPE (Ed). **Mechanisms for the implementation of minority rights**. Strasbourg: The Council of Europe Publishing, 2006, Cap. 1, pp. 29-53.

MOREL, Cynthia. Defending Human Rights in Africa: The Case for Minority and Indigenous Rights. **Essex Human Rights Review**, v. 1 n. 1, p. 54-65, 2004.

MORSINK, Johannes. Cultural Genocide, the Universal Declaration, and Minority Rights. **Human Rights Quarterly**, v. 21, n. 4, p. 1009-1060, 1999a.

_____. **The Universal Declaration of Human Rights: Origins, Drafting, and Intent**. University of Pennsylvania Press, 1999b.

MÜLLER-SOMMERFELD, H. The League of Nations: A-Mandates and Minority Rights during the Mandate Period in Iraq (1920–1932). In: **Modernity, Minority, and the Public Sphere: Jews and Christians in the Middle East**. Leiden Studies in Islam and Society, Vol. 04. Leiden: Brill, 2016, p. 258–283.

MURITHI, Tim. The African Union and the Prospects for Minority Protection In: GHANEA, Nazila; XANTHAKI, Alexandra (Orgs). **Minorities, Peoples and Self-Determination: Essays in Honour of Patrick Thornberry**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2004. p. 299-313.

MURRAY, Rachel. WHEATLEY, Steven. Groups and the African Charter on Human and Peoples' Rights. **Human Rights Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 213-236, 2003.

NIKOLAIDIS, Charilaos. **The Right to Equality in European Human Rights Law: The quest for substance in the jurisprudence of the European Courts**. 1.Ed. Londres: Routledge, 2015.

OCHOA, Jose Luis Caballero; CONTRERAS, Marisol Aguilar. New Trends on the Right to Non-Discrimination in the Inter-American System of Human Rights. **Inter-American and European Human Rights Journal**, v. 8, p. 80-94, 2016.

PACKER, John. On the Content of Minority Rights. In: RAIKKA, Juha (Ed.). **Do We Need Minority Rights?**. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1996.

PENTASSUGLIA, Gaetano. **Minorities in international law: An introductory study**. Council of Europe Publishing, 2002.

_____. Do Human Rights Have Anything to Say About Group Autonomy? In: PENTASSUGLIA, Gaetano (Org.). **Ethno-Cultural Diversity and Human Rights: Challenges and Critiques**. Boston: Brill, 2018. p. 125-167

_____. Mechanisms for the Implementation of Minority Rights. European Centre for Minority Issues, 2004.

PHILLIPS, Alan. Historical Background on the Declaration. In: CARUSO, Ugo; HOFMANN, Rainer (Orgs.). **The United Nations Declaration on Minorities: An Academic Account on the Occasion of its 20th Anniversary (1992-2012)**. Leiden: Brill | Nijhoff, 2015. p. 3-18.

PHILIPS, Alan. Historical Background on the Declaration. In: CARUSO, Ugo; HOFMANN, Rainer (Orgs.). **Studies in International Minority and Group Rights**, Volume: 9 - The United Nations Declaration on Minorities: An Academic Account on the Occasion of its 20th Anniversary (1992–2012). Leiden: Brill – Nijhoff, 2015. Cap. 1, p. 3-18

PIERRÉ-CAPS, Stéphane. O direito das minorias. In: ROULAND, Norbert (Org.). **Direito das Minorias e dos povos autóctones**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. p. 164-366.

_____. **A Multinação: O futuro das minorias na Europa Central e Oriental**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PIOVESAN, Flavia. Ações Afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, 2005.

_____. Como compreender a concepção contemporânea de Direitos Humanos? **Revista USP**, n.69, p. 36-43, 2006.

POUMADÈRE, Jacques. Enfoque histórico do direito das minorias e dos povos autóctones. In: ROULAND, Norbert (Org.). **Direito das Minorias e dos povos autóctones**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. p. 34-163;

RAHMAN Muhammad Mahbubur; KHAN, Borhan Uddin. **Protection of Minorities: Regimes, Norms and Issues in South Asia**. Cambridge Scholars Publishing, 2012.

RAMAGA, Philip Vuciri. Relativity of the Minority Concept. **Human Rights Quarterly**, v. 14, n. 1, p. 104-119, 1992.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

RIOS, Roger Raupp; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SCHÄFER, Gilberto. Direito da Antidiscriminação e Direitos de Minorais: perspectivas e modelos de proteção individual e coletivo. **Rev. direitos fundam. democ.**, v. 22, n. 1, p. 126-148, 2017.

ROSENFELD, Geraldine. United Nations and Human Rights. **The American Jewish Year Book**, v. 51, p. 433-442, 1950.

ROSENNE, Shabtai. The Perplexities of Modern International Law. **RCADI**, t.291, p. 9-472, 2001.

ROSTING, Helmer. Protection of Minorities by the League of Nations. **The American Journal of International Law**, v. 17, n. 4, p. 641-660, 1923.

ROUCEK, Joseph S. Procedure in Minorities Complaints. In: **The American Journal of International Law**, v. 23, n. 3, p. 538-551, 1929.

ROULAND, Norbert. O direito dos povos autóctones. In: ROULAND, Norbert (Org.). **Direito das Minorias e dos povos autóctones**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. p. 367-595.

SCHABAS, William A. Minorities in the Law of Genocide. In: HENRARD, Kristin; DUNBAR, Robert (Eds.). **Synergies in Minority Protection. European and International Law Perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008a.

_____. **Convention for the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide**. 2008b. Disponível em: <http://legal.un.org/avl/pdf/ha/cppcg/cppcg_e.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SHAW, Malcolm N. **International Law**. 8.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

SHELTON, Dinah. Prohibited Discrimination in International Human Rights Law. **Equality and Non-Discrimination under International Law**. v. II. 1. Ed. Londres: Routledge, 2016, p. 337-368.

SIMON, Thomas W.. Minorities in International Law. **Canadian Journal of Law and Jurisprudence**, v. 10, n. 2, p. 507-520, 1997.

SSENYONJO, Manisuli. Responding to Human Rights Violations in Africa Assessing the Role of the African Commission and Court on Human and Peoples' Rights (1987–2018). **International Human Rights Law Review**, vol. 7, p. 1-42, 2008.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Ethnic Conflicts and their impact on international society. 1998. Disponível em: <https://homepage.univie.ac.at/herbert.preiss/files/Stavenhagen_Ethnic_conflicts_international_impact.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

SUMMERS, James. **Peoples and International Law**: How Nationalism and Self-Determination shape a Contemporary Law of Nations. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2007.

TAVANI, Claudia. Collective Rights and the Cultural Identity of the Roma: A Case Study of Italy.

THIO, Li-Ann. Battling Balkanization: Regional Approaches toward Minority Protection beyond Europe. **Harvard International Law Journal**, vol. 43, n. 2 p. 409-468, 2002.

THORNBERRY, Patrick. Confronting Racial Discrimination: A CERD Perspective. **Human Rights Law Review**, v. 5, Issue 2, p. 239–269, 2005a.

_____. **International Law and the Rights of Minorities**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

_____. The Convention on The Elimination of Racial Discrimination, Indigenous Peoples and Caste/Descent-Based Discrimination. CASTELLINO, Joshua. WALSH, Niamh (Orgs.) In: **International Law And Indigenous Peoples**. Leiden: Brill | Nijhoff, 2005b. p. 17-45

_____. ESTÉBANEZ, María Amor Martínez. **Minority Rights in Europe**: A review of the work and standards of the Council of Europe. Strasbourg: Council of Europe Publishing, 2004.

THORNBERRY, Patrick. The UN Declaration on the Rights of Persons Belonging to National or Ethnic, Religious and Linguistic Minorities: Background, analysis, observations and an update. In PHILLIPS, Alan; ROSAS, Alan (Eds). **Universal minority rights**. Åbo Akademi University Institute for Human Rights, p. 13-76, 1995.

TOMASELLI, Alexandra. The UN Declaration and the Organization of American States. In: CARUSO, Ugo; HOFMANN, Rainer (Orgs.). **Studies in International Minority and Group Rights**, Volume: 9 - The United Nations Declaration on Minorities: An Academic Account on the Occasion of its 20th Anniversary (1992–2012). Leiden: Brill – Nijhoff, 2015. Cap. 14, p. 319-332

TOMUSCHAT, Christian. **Human Rights: Between Idealism and Realism**. Oxford: University Press, 2003.

UGOCHUKWU Basil. First, Put out the House Fire: The Future of the African Human Rights System. **Wisconsin International Law Journal**, v. 35, n. 2, p. 367-397, 2018.

VARENNES, Fernand de. Using the European Court of Human Rights to Protect the Rights of Minorities. In: THE COUNCIL OF EUROPE (Ed). **Mechanisms for the implementation of minority rights**. Strasbourg: The Council of Europe Publishing, 2006, Cap. 1, pp. 29-53.

_____. Equality and Non-discrimination: Fundamental Principles of Minority Language Rights. In: **International Journal on Minority and Group Rights**, v. 6, n. 3, Special Issue on the Linguistic Rights of National Minorities (1999), pp. 307-318

VEÇOSO, Fabia Fernandes Carvalho. A proteção de minorias no âmbito da Organização dos Estados Americanos. In: JUBILT, Juliana; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de (Coords.). **Direito à**

diferença: aspetos institucionais e instrumentais de proteção às minorias e aos grupos vulneráveis. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2013. pp. 57-80.

VIJAPUR, Abdulrahim P. The Principle of non-discrimination in International Human Rights Law: The meaning and scope of the concept. **India Quarterly**, v. 49, n. 3, p. 69-84, 1993.

_____. International Protection of Minority Rights. **International Studies**, v. 43, nº 4, p. 367-394, 2006.

VILJOEN, Frans. **International Human Rights Law in Africa**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

VON FRENTZ, Christian Raitz. **A Lesson Forgotten: Minority Protection under the League of Nations - The Case of the German Minority in Poland, 1920-1934**. New York: St. Martin Press, 1999.

VUKAS, Budislav. States, peoples and minorities. In: **RCADI**, t. 231, 1991, p. 263-524.

_____. The protection of minorities. In: GLASSNER, Martin Ira. **The United Nations at Work**. Westport: Praeger, 1998, p. 75-101

XANTHAKI, Alexandra. The Right to Self-Determination: Meaning and Scope. In: GHANEA, Nazila; XANTHAKI, Alexandra. **Minorities, Peoples and Self-Determination: Essays in Honour of Patrick Thornberry**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2004. P. 15-34

ZAKANE, Vincent. La Protection Constitutionnelle des Minorités dans les États Africains au Sud du Sahara. **African Yearbook of International Law/ Annuaire Africain de droit international**, v. 7, p. 119-165, 2001.

ZYBERI, Gentian. The International Court of Justice and the Rights of Peoples and Minorities. In: TAMS, Christian; SLOAN, James (eds.), **The Development of International Law by the International Court of Justice**. Oxford University Press, 2013, pp. 327-352.

WEI, Hanna Hua. **A Dialogical Concept of Minority Rights**. Leiden: Brill Nijhoff, 2016.

YAMATO, Roberto Vilchez. A proteção das minorias na Ordem Internacional Contemporânea: uma breve releitura do sistema ONU. In: JUBILT, Juliana; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de (Coords.). **Direito à diferença: aspetos institucionais e instrumentais de proteção às minorias e aos grupos vulneráveis**. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2013. pp. 29-56.